

Processo Administrativo Eletrônico nº -----/2023

ADMINISTRATIVO. INEXIGIBILIDADE. ART. 74, INCISO II, DA LEI Nº. 14.133/2021. AQUISIÇÃO/CONTRATAÇÃO DE BENS/SERVIÇOS PARA O ÓRGÃO RESPONSÁVEL PELA LICITAÇÃO. CABIMENTO. PELA LEGALIDADE DO PROCEDIMENTO.

Na forma do 74, inciso II, da Lei nº 14.133/21, e demais normas aplicáveis, a inexigibilidade é a modalidade de licitação quando inviável a competição, para contratação de profissional do setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.

Tendo a contratação atendido aos requisitos de validade e aos preços regulares de mercado, é possível sua celebração na forma apresentada.

1. Trata-se de procedimento de gestão administrativa que visa a aquisição/contratação de bens/serviços, para o exercício de 2023, por meio de inexigibilidade, fundamentada no art. 74, inciso II, da Lei nº 14.133/21, qual seja, contratação de Show Artístico da Banda Doce Pecado para abertura das festividades Natalinas do Município de Erval Velho a realizar-se no dia 24 de novembro de 2023 na Rua XV de Novembro, Bairro: Centro e Praça São José.

2. Consta nos autos que a necessidade da referida aquisição foi justificada no Documento de Formalização da Demanda acostado aos autos, elaborado pela Secretaria de Administração e Finanças e Secretaria de Educação, Cultura e Desporto.

3. Consta nos autos: Documento de Formalização da Demanda, Estudo Técnico Preliminar e Termo de Referência para análise. Por fim, foram enviados os presentes autos para esta Assessoria Jurídica, a fim de se lavrar parecer jurídico conclusivo, na forma do art. 53, da Lei nº. 14.133/2021.

É que merece ser relatado. OPINO.

4. No caso em comento, busca-se a aquisição/contratação de bens/serviços consistente na contratação de Show Artístico da Banda Doce Pecado para abertura das festividades Natalinas do Município de Erval Velho a realizar-se no dia 24 de novembro de 2023 na Rua XV de Novembro, Bairro: Centro e Praça São José, cuja justificativa encontra-se inicialmente no Documento de Formalização da Demanda, elaborado pela Secretaria de Administração e

Finanças e Secretaria de Educação, Cultura e Desporto. Conforme consta nos autos eletrônicos, foram elaborados estudo técnico preliminar.

5. Para o caso em comento o preço foi obtido diretamente com o artista a ser contratado e comparado com outras contratações já realizadas por outros municípios. Assim, a pesquisa de preços foi efetivada na forma do art. 23 da Lei nº. 14.133/21, mostrando-se satisfatória.

6. A possibilidade de contratação por meio de inexigibilidade vem estabelecido no Art. 74, inciso II, da Lei nº 14.133/21.

8. Ante o exposto, nos termos do art. 53, caput e §4º, da Lei nº 14.133/2021, esta assessoria jurídica manifesta-se pela legalidade do processo de contratação, para a aquisição/contratação de bens/serviços, por meio de inexigibilidade, fundamentada no art. 74, inciso II, da Lei nº 14.133/21, opinando, assim, pelo regular prosseguimento do feito.

É o parecer que se submete à apreciação superior.

Erval Velho/SC, 31 de outubro de 2023.

JULIANE PEROTONI

Assessora Jurídica

OAB/SC 33.765